

HISTÓRIA POLÍTICA: DOS OBJETOS TRADICIONAIS AO ESTUDO DOS MICROPODERES, DO DISCURSO E DO IMAGINÁRIO

José D'Assunção Barros*

Resumo

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à Nova História Política que se desenvolveu ao longo do século XX, na sua segunda parte enfatizando mais particularmente o Discurso e a Imagem como objetos privilegiados para a análise das relações de poder. O artigo remete a obra recentemente publicada pelo autor deste texto, cujo principal objetivo é o de elaborar uma visão panorâmica das diversas modalidades da História nos dias de hoje.

Palavras-chave: História Política; Poder; Discurso; Imaginário Político.

Abstract

This article attempts to discuss some aspects related to the New Political History, in its second part emphasizing more specifically the Discourse and the Image as privileged objects for the study of the power relationships. The article refers to a recently publicized work of the author of this text, with principal subject was to elaborate a panoramic view of the various fields in which ones the historical knowledge is divided nowadays.

Key Words: Political History; Power; Discourse; Political Imaginary.

1. História Política: polêmicas em torno de um campo histórico

Nas décadas recentes, tanto no Brasil como nos círculos historiográficos internacionais, tem crescido significativamente o interesse em se rediscutir a História Política com relação aos seus paradigmas, questões conceituais e procedimentos metodológicos. O interesse facilmente se explica. Se a partir da terceira década do século XX se impuseram como campos preferenciais vitoriosos na historiografia ocidental alguns modos de pensar e realizar a História que pareciam relegar para segundo plano a História Política – na verdade uma velha História Política que fora tão típica do século XIX – já nas décadas recentes a historiografia ocidental se viu

¹ *Doutor em História Social pela UFF (Universidade Federal Fluminense). Professor nos cursos de Graduação e Mestrado em História da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e da Universidade Severino Sombra (USS). Entre os livros publicados mais recentemente, destacam-se *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007) e *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2008).

partilhada por uma diversidade muito maior de modalidades e abordagens históricas, algumas novas, outras renovadas. Em um mundo contemporâneo no qual tem se tornado cada vez mais clara a multiplicidade de poderes de todos os tipos que envolvem a vida social e individual, da coerção ou planificação governamental mais direta às sutis formas de propaganda subliminares, a História Política viu-se sensivelmente renovada neste novo rearranjo de modalidades históricas. Trata-se, contudo, muito mais de um desenvolvimento lógico e estrutural da Historiografia e de sua inserção no contexto da história recente, conforme veremos oportunamente, do que de uma simples moda historiográfica que retorna para compensar seus anos de relativo eclipse.

Poderemos pontuar inicialmente alguns textos importantes que se propuseram a discutir, do ponto de vista da Historiografia e da Teoria da História, a Política como elemento de primeiro plano a ser considerado pelos historiadores. Em 1972, por exemplo, em um artigo que se propunha a traçar um panorama das tendências da história política mais recente, Jacques Le Goff lançava uma instigante pergunta, que terminou por dar título ao ensaio: “A Política: será ainda a ossatura da História?” (Le Goff, 1975). Já em 1974, em um texto menos panorâmico do que polêmico, Jacques Julliard contribuía para o conjunto de ensaios da obra coletiva *Faire de l’histoire* com uma digressão sobre *A Política* que principiava com uma afirmação sobre “a má reputação” da História Política entre os historiadores franceses, acompanhada de uma descrição de seus principais vícios e pecados (Julliard, 1988: 180). Extremamente provocativo, o texto gerou no mesmo ano uma resposta incisiva de René Remond sob a forma de uma dupla Introdução que apresentava precisamente uma obra coletiva de historiadores que se orgulhavam de se auto-qualificar como “historiadores políticos”, e que trazia o sintomático título “Por uma História Política” (Remond, 1996: 13-55). A estes textos, por sua qualidade polêmica, voltaremos oportunamente com o intuito de buscar uma delimitação para o que se entende hoje por uma Nova História Política.

No Brasil, os artigos que têm discutido a História Política ou o papel da Política na narrativa historiográfica também não são raros, e existem desde os textos que discutem questões conceituais mais específicas, até textos que avaliam a História Política como uma modalidade que tem conquistado ou reconquistado novos territórios seja no âmbito da historiografia internacional, seja no âmbito da historiografia brasileira.

Apenas para estabelecer um exemplo pertinente ao primeiro caso – o de elaborações conceituais mais específicas – registraremos as discussões que se tem desenvolvido nos anos recentes em torno de um conceito relativamente novo, o de “cultura política”, para o qual indicaremos ensaios significativos como a discussão sobre “As Dimensões Subjetivas da Política”, de Karina Kuchnir e Leandro Piquet Carneiro (Kuchnir e Carneiro, 1999: 227 a 250), ou o balanço produzido por Lúcio Rennó com o título “Teoria da cultura política: vícios e virtudes” (Rennó, 1998: 71-92). Na mesma linha, será ainda pertinente destacar os trabalhos voltados para a reflexão sobre a aplicabilidade deste conceito para o estudo de realidades históricas específicas, como o ensaio de Paulo Krischke intitulado “Cultura política e escolha racional na América Latina: interações nos estudos da democratização” (Krischke, 1997: 103-126). Estes e outros ensaios, pontuaremos aqui, mostram-se simultaneamente como sintomas da reafirmação crescente da História Política em nossos meios, e do interesse teórico-metodológico em discuti-la em aspectos e aplicabilidades mais específicas.

Por outro lado, sobre a discussão mais ampla acerca da História Política como modalidade a ser problematizada e inserida em um contexto de desenvolvimento da historiografia internacional e brasileira, há já em nossos meios um conjunto significativo de ensaios reflexivos que contam entre seus autores com Vavy Pacheco Borges (1996: 59-84), Ângela de Castro Gomes (1996: 151-160) e Francisco Falcon (1997: 61-89). Este último, aliás, ao assumir o encargo de discutir as relações entre “História e Poder” na obra coletiva *Domínios da História*, organizada por Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso (1997), inicia seu ensaio com a impactante imagem de que “História e Poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil” (Falcon, 1997: 61). É por aqui que começaremos, uma vez que é precisamente a noção de “poder” o que define a História Política como uma dimensão historiográfica possível. Antes de adentrarmos questões mais polêmicas e de emprendermos uma visão panorâmica acerca dos antigos e novos objetos da História Política, é esta relação que deveremos discutir mais aprofundadamente.

2. História e Poder: constituição de um campo de estudos

Dentro do vasto campo de modalidades da História que hoje abrigam os enfoques e fazeres historiográficos – e que vão de categorias mais recentes como a *Micro-*

História e a *História do Imaginário* até categorias já tradicionais como a *História Econômica* e a *História Demográfica* – existem algumas modalidades que se definem a partir de uma peculiaridade bem interessante. Elas são atravessadas por uma palavra apenas, que parece iluminar de maneira especial cada um dos seus diversos caminhos internos. Entre outras possíveis, podemos lembrar as noções de “Cultura”, “População”, “Poder”, a partir das quais teremos modalidades historiográficas muito específicas como a *História Cultural*, a *História Demográfica*, a *História Política*.

Dentre essas modalidades historiográficas que são iluminadas em seu espectro de possibilidades internas por uma noção fundamental, a *História Política* ocupa um lugar bastante especial por razões que já discutiremos. Por trás da *História Política* – de qualquer história política, das antigas às novas possibilidades – está uma palavra apenas, ou um aspecto, que ocupa o papel de centro de gravidade de todos os fazeres e abordagens históricas que se abrigam sobre esta categoria. A palavra “poder” rege os caminhos internos da *História Política* da mesma maneira que a palavra “cultura” rege os caminhos internos da *História Cultural*, ou que a palavra “imagem” erige-se como horizonte fundamental para a *História do Imaginário*.

“Poder”, como “cultura”, é entretanto uma palavra complexa, polissêmica, que se abre como campo de disputas para múltiplos sentidos e como objeto para multidiversificadas apropriações. Temos aqui palavras que são verdadeiros espelhos de muitas faces, que se transfiguram conforme os seus usos ou as intenções que as animam, que se transformam, que se comprimem ou se alargam ao longo da sua história léxica. A palavra “poder” é como uma armadura que se tem oferecido para muitas batalhas historiográficas, verdadeira arena que estimula confrontos internos dos quais podem emergir vencedores, neste ou naquele momento, alguns sentidos mais específicos ou mais abrangentes. Será portanto necessário examiná-la tendo em vista as várias nuances internas que esta palavra torna possíveis.

Dizíamos que a *História Política* ocupa um lugar muito especial na história da historiografia por uma razão fundamental: ela é de fato a modalidade historiográfica mais antiga, já considerando aqui esta história mais científica, profissional e acadêmica que começa a ser constituída em princípios do século XIX a partir de novas posturas dos historiadores diante de suas fontes e da necessidade de construir a *História*, já criticamente, como uma disciplina com métodos e linguagem próprios no quadro de saberes da época.

Na verdade, a *História Política* foi a primeira modalidade da *História* em uma época

em que o campo historiográfico ainda não era partilhado nas inúmeras modalidades que hoje conhecemos. Era, paradoxalmente, uma modalidade da História antes de podermos falar em modalidades da História. Isso porque, grosso modo, com algumas exceções que não chegaram a constituir campos historiográficos mais específicos, a grande maioria de historiadores do século XIX fazia inequivocamente História Política, e um tipo muito específico de História Política. Devem ser considerados em quadro a parte a emergência de uma Filosofia da História voltada para a compreensão da História Social e da História Econômica – tal como propuseram Marx e Engels – ou os estudos de Jacob Burckhardt sobre a Cultura (embora ainda uma “alta cultura”), ou ainda as eventuais incursões de Jules Michelet por campos temáticos que só seriam percorridos no futuro por outras modalidades historiográficas (como a mulher, o povo, ou a feiticeira). Estes dois últimos historiadores ofereceram trabalhos ainda ao nível das exceções, e Marx e Engels lançaram de fato uma bem fundamentada Filosofia da História, mas que só renderia trabalhos historiográficos propriamente ditos no século seguinte. De resto, e de maneira mais ampla, o que se fez propriamente no século XIX foi mesmo História Política – e uma Velha História Política, tal como temos o hábito de dizer hoje a partir do confronto com os novos caminhos historiográficos do século XX.

Será mais fácil entender isto já examinando precisamente este contraste radical entre a Velha História Política que se fazia no século XIX e a Nova História Política que começou a emergir no século XX, e que se viu particularmente revitalizada a partir das suas últimas décadas. Para considerarmos este contraste, será necessário partirmos da já apresentada idéia de que o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no “Poder”. É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político. Mas de que tipo de Poder aqui falaremos? Teremos nesta uma primeira indagação capaz de introduzir um estudo mais atento deste contraste entre a Velha e a Nova História Política.

Enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente

exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), já a Nova História Política – principalmente nos seus desdobramentos de a partir dos anos 1980 – passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, os poderes exercidos através da palavra e dos discursos, e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de Baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo, não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores tradicionais acreditavam serem os grandes e únicos condutores da História².

Entre outros aspectos a serem oportunamente considerados, o que esteve em jogo na passagem de uma Velha História Política a uma Nova História Política – uma passagem que estabelece na verdade o seu percurso através de uma fase de relativo eclipse da modalidade – foram de fato profundas mutações e disputas que se deram no interior da palavra “poder” ou através dos complexos desenvolvimentos históricos de sua compreensão pela comunidade científica. Da mesma maneira que a noção de “cultura” foi beneficiada por expansões que passaram a considerar de modo cada vez mais evidente que cultura deveria ser entendida em sentido mais amplo, não se referindo apenas à “alta cultura” das elites, também a palavra “poder” beneficiou-se de um movimento análogo de expansão.

“Poder” não seria apenas aquele que, na ótica dos historiadores e pensadores políticos do século XIX, emanava sempre do Estado ou das grandes Instituições – ou que a estes podia se confrontar através de revoluções capazes de destronar um rei e impor uma nova ordem igualmente centralizada – e nem seria apenas aquele poder que de resto mostrava-se exercido fundamentalmente pelos personagens que ocupavam lugar de destaque nos quadros governamentais, institucionais e militares da várias nações-estados. “Poder” – de acordo com uma nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como

² Um balanço da passagem da antiga História Política para a Nova História Política dos anos setenta pode ser encontrado em um texto de 1972 escrito por Jacques Le Goff intitulado “A Política: será ainda a ossatura da História?” (1975). Para um balanço da “História vista de baixo”, ver o texto de Jim Sharpe [1991] que leva este nome (in Burke, 1992).

membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. “Poder” é o que exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos.

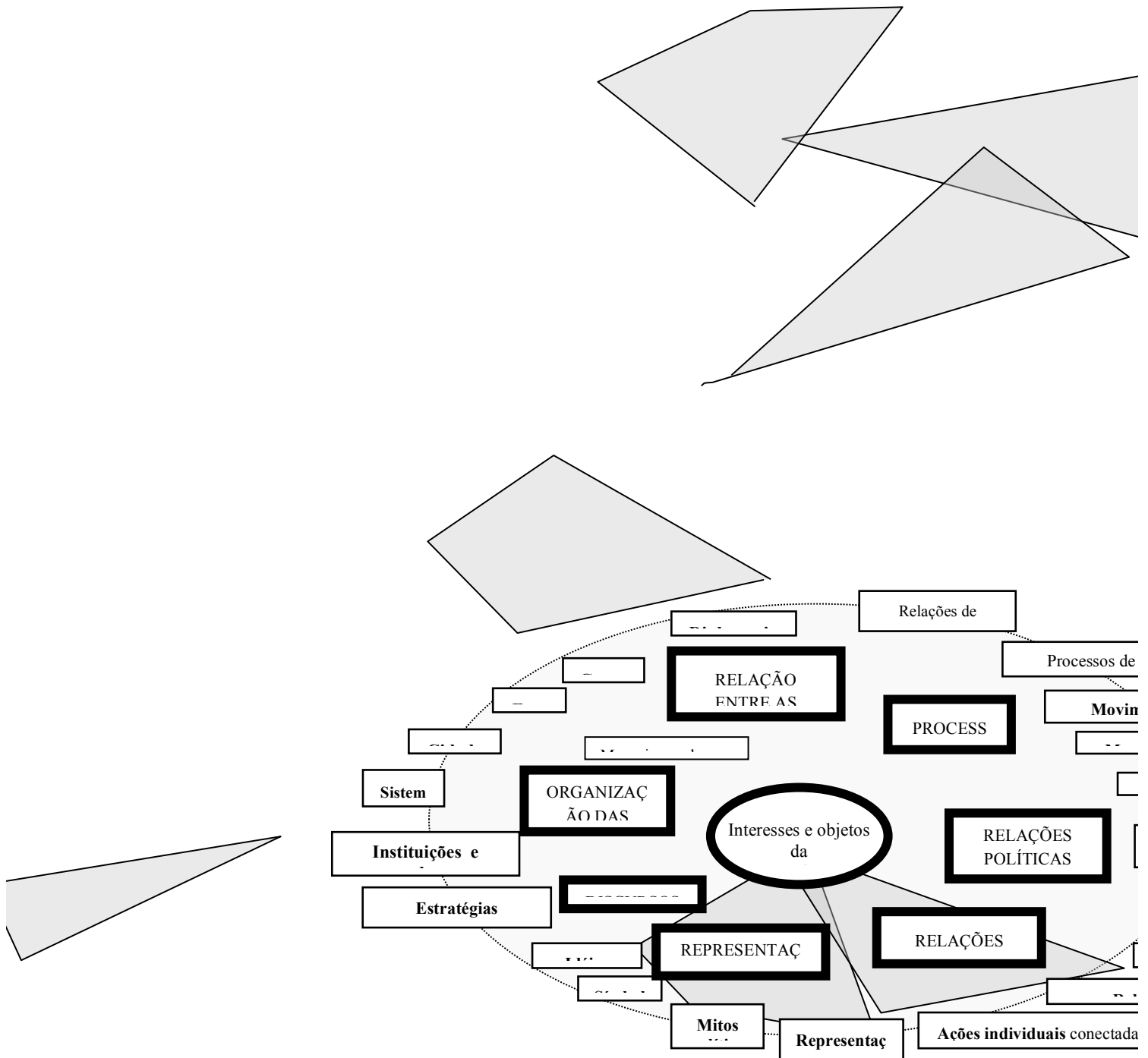
O “Poder” apresenta-se a todo instante neste imenso teatro social no qual todos ocupamos simultaneamente a função de atores e de espectadores – daí que se possa falar hoje em um “teatro do poder” quando examinamos a política nas várias épocas históricas. Poder, no decurso de uma série de novas lutas políticas e sociais que redefiniu radicalmente a sociedade em que vivemos, é aquilo os homens aprenderam a reconhecer nas mulheres, que as maiorias aprenderam a reconhecer nas minorias, que o mundo da ordem aprendeu a reconhecer na marginalidade, que os adultos que aprenderam a reconhecer nos mais jovens. Essa compreensão mais abrangente da noção de “poder” redefine, obviamente, os sentidos para o que se deve entender por História Política.

Redefinida desta maneira, os objetos da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de “poder” em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade. Neste sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna de a partir dos anos 1930 (Escola dos *Annales* e novos marxismos), com as últimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder – tudo isto começa a retornar a partir do final do último século com um novo interesse.

Mas de outro lado, além destes objetos já tradicionais que se referem às relações entre as grandes unidades políticas e aos modos de organização destas macro-unidades políticas que são os Estados e as Instituições, adquirem especial destaque, por exemplo, as relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos. A rigor, as ‘ideologias’ e os movimentos sociais e políticos (por exemplo, as Revoluções) sempre constituíram pontos de especial interesse por parte da nova historiografia que se inicia com o século XX, mesmo porque estes eram campos de interesses muito caros à nova História Social que estava então se formando. Mas por outro lado, tal como já ressaltamos, hoje despertam um interesse análogo as relações interindividuais (micropoderes, relações de poder no interior da família,

relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do *discurso*.

O Quadro abaixo – destinado a ilustrar a complexidade de campos de interesse que podem ser abarcados por uma História Política amparada em uma noção de Poder



mais abrangente – busca registrar uma gama bastante diversificada de objetos que se relacionam com macro-poderes e micro-poderes de todos os tipos.

No hemisfério superior do quadro aparecem os objetos de estudo que eram já tradicionais na velha História Política, e que nem por isso deixam de ser hoje estudados pelos historiadores, já que são na verdade fundamentais para a compreensão de todas as sociedades históricas. Assim, teremos ali desde os interesses que se correspondem à ‘organização das unidades políticas’ de todos os tipos e às ‘relações entre estas unidades políticas’, até os ‘processos políticos’ que apontam para a consolidação, desenvolvimento ou transmutação destas unidades e sistemas políticos ou de suas relações externas. Todo um mundo de possibilidades surge aqui, abarcando o estudo dos Estados e de outros tipos de unidades de organização política, o estudo dos Sistemas Políticos no sentido mais amplo (Fascismos, Democracias Liberais, Monarquias, etc...), e as relações que se estabelecem entre estas unidades e sistemas através da Guerra, da Diplomacia, e de diversas modalidades de relações de dominação e interdependência política. Além disto, o estudo dos ‘processos’ que afetam o mundo político, tal como se disse, era já tradicional aos historiadores que examinavam desde os movimentos sociais e políticos até processos de colonização e descolonização. A partir daqui, em termos de escolhas temáticas dos historiadores políticos, começamos a entrar no âmbito da historiografia do século XX.

As maiores novidades relativas aos desenvolvimentos recentes da História Política aparecem no hemisfério inferior do quadro. Registra-se antes de mais nada a parceria entre História Política e História Social nos estudos que se referem às ‘Relações Políticas entre Grupos Sociais’. Foi através deste campo de interesses que a História Política pôde fazer a sua passagem para uma historiografia mais moderna, uma vez que era precisamente este o campo onde ela não se confrontava propriamente com as novas propostas de uma História Social trazidas pela escola dos Annales e pelos novos marxismos, que foram as vanguardas da virada historiográfica do século XX. Assim, com relação ao estudo das ideologias, das hierarquias e formas de dominação que se dão no interior das várias sociedades históricas, nunca deixou de se atualizar um interesse especial dos historiadores que queriam renovar a historiografia opondo-se ao padrão factual que havia imperado em boa parte da historiografia do século XIX.

Mas é nos três setores representados na parte de baixo do quadro proposto que iremos encontrar os novos objetos da História Política que até então não haviam sido imaginados como possibilidades de estudo pelos antigos historiadores políticos. Estes

objetos só puderam surgir quando se transmudou a noção de “poder” com a qual até então os historiadores haviam operado. Quando atentaram para o fato de que o Poder não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das classes dominantes, os historiadores políticos começaram a se voltar para o estudo das ‘relações interindividuais’ – da família, das vizinhanças, da vida cotidiana – e também para o estudo dos ‘discursos’ e ‘representações’. Compreendiam agora, concomitantemente à descoberta de novas possibilidades de objetos de estudo, que o Poder não está necessariamente onde se anuncia, de que esse mesmo poder pode se esconder nas palavras, nas tecnologias de poder relacionadas com a construção de ‘discursos’, na elaboração de diversificados ‘sistemas de representações’, na ‘simbologia política’, no ‘teatro do poder’, no uso de ‘imagens’ de diversos tipos por governantes e governados, pelos homens nas suas relações de força. Percebia-se que tão importante quanto a Violência armada ou policial era a ‘Violência Simbólica’ – e aqui poderemos falar mais explicitamente de um “poder simbólico” – e que os próprios sistemas educativos podiam estar edificados com vistas à perpetuação dos poderes tradicionais³. E, para além disto, percebia-se agora inúmeras ‘formas de resistência’ para além daquelas que haviam adquirido maior visibilidade histórica através das Revoluções e processos de Independência que já vinham sendo estudados pelos historiadores políticos na sua conexão com a História Social⁴.

Em muitos dos âmbitos acima citados, são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos – como a História Cultural, a História Econômica, a História do Imaginário, ou, sobretudo, a História Social. Para além disto, e de maneira ainda mais característica, são também evidentes – a partir dos novos objetos que se acrescentaram aos objetos já tradicionais da História Política –

³ Em torno de questões mais amplas sobre *O Poder Simbólico*, ver BOURDIEU, 1987; mais especificamente acerca das relações entre Poder e Educação, ver BOURDIEU e PASSERON, 1985.

⁴ Apenas para dar um exemplo entre tantos, destacamos os inúmeros estudos que surgiram mais recentemente sobre a resistência escrava no Brasil Colonial e que ressaltam outras formas de resistência que não apenas a rebelião ou a fuga com vistas à formação de quilombos. O olhar desses historiadores ampara-se na possibilidade de admitir que as relações entre opressão, dominação e exclusão nunca devem ser examinadas de maneira simplista. Neste sentido, mesmo o escravo sendo juridicamente reduzido a uma mercadoria e constituir-se a violência tradicional em artifício declarado para a manutenção da ordem, a resistência do negro escravo teria extrapolado os limites das revoltas e insurreições contra o senhor e abarcado outras formas de resistência inseridas nas negociações que se davam na própria vida cotidiana, nas redes de solidariedade, no mundo da cultura, e assim por diante. Neste sentido, podemos dizer que a população escrava também exercia outras formas de contrapoderes para além da afronta direta ao poder instituído. Veja-se sobre a temática citada a obra de Robert Slenes intitulada *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX* (Slenes, 2000).

as interfaces que se produzem entre a História Política e outros saberes como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística e a Semiótica. De igual maneira, à medida que a Geografia desenvolveu uma nova noção de *território* ao examinar com novo olhar os *espaços* de que os homens se apropriam, também se fortaleceram interfaces que já existiam entre a História e a Geografia, mas agora mediadas por aspectos bastante relacionados com a História Política.

É neste campo de interdisciplinaridades que pôde beneficiar os historiadores políticos em seus trabalhos mais recentes que se foi formando simultaneamente um novo objeto e um novo quadro conceitual para a História Política. Referimo-nos aos estudos sobre a ‘Cultura Política’, uma área temática onde a História Política e a História Cultural estabelecem fortes conexões e, sobretudo, onde a combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica são acrescentadas de maneira enriquecedora à perspectiva histórica.

A expressão surge pela primeira vez na década de 60 com Almond e Verba (1963), que estavam diretamente interessados em examinar – no âmbito de estudos políticos sobre a sociedade de massas contemporânea – os aspectos subjetivos relacionados às orientações políticas (Kuchnir e Carneiro, 1999: 227). Para tal fim, definiram “cultura política” como “a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população” (Almond e Verba, 1985: 53). Deste modo, tal como buscamos representar no ‘quadro 1’, a “cultura política” é um conceito que permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas. Na história política mais recente, portanto, a operacionalização deste conceito corresponde à possibilidade de incorporar de modo mais integrado as perspectivas sociológica, antropológica e psicológica ao estudo dos novos objetos que haviam sido conquistados pela História Política a partir da expansão interna da noção de “poder”.

A estes estudos, historiadores como Jean-François Sirinelli e Serge Bernstein têm se dedicado, não apenas com vistas à constituição de um novo campo temático, como também direcionados para a re-elaboração do novo conceito: a Cultura Política. Uma “cultura política”, segundo um ensaio de mesmo nome de autoria de Serge Bernstein E datado de 1997 (Rioux e Sirinelli, 1998), é um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, tendo por componentes fundamentais uma ‘base filosófica ou doutrinal’, freqüentemente colocada à

disposição da maior parte de seus participantes, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional que se traduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado com vocabulário próprio, além de ritos e símbolos que estabelecem um plano de representação para a cultura política em questão. Resumindo, a noção de cultura política aqui se refere ao “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (Kuchnir, e Carneiro, 1999: 227). Uma realização importante neste novo campo conceitual e temático foi a obra coletiva coordenada por Serge Bernstein e Odile Rudelle sobre *O Modelo Republicano* (Bernstein e Rudelle, 1992).

O estudo indicado conduz à reflexão de vários autores sobre uma “cultura política” específica: um Modelo Republicano francês que, relativamente à base filosófico-doutrinal, inscreve-se na linhagem filosófica das Luzes e do Positivismo, no que se refere à identidade histórica, reclama uma herança histórica idealizada na Revolução Francesa, em termo de bases institucionais, produz um sistema político de base parlamentar, e a partir daí idealiza uma sociedade em que o progresso se estabelece na conexão entre a ação do Estado e o mérito dos indivíduos. Todo este sistema encontra o seu discurso, pontuado por um vocabulário próprio com expressões como “cidadão”, encontrando ainda os seus símbolos e mesmo um hino – a Marselhesa. Enfim, tal como assinala Bernstein, o exemplo mostra como uma cultura política articula simultaneamente uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto (Bernstein, 1997: 351).

Os estudos de Cultura Política completam, até o momento, uma diversificação inovadora da História Política em relação a possibilidades de novos objetos. Em linhas gerais, temos aí um quadro sintético das novas tendências e interesses que se relacionam mais francamente com o movimento de expansão que a História Política apresentou no decorrer século XX, e mais particularmente ainda nas suas últimas décadas, de modo a abarcar novos objetos a serem privilegiados pelos historiadores. Será oportuno, a partir da consciência destes novos objetos e da radical transformação que se operou na própria noção de “poder” em uso na história, revisitar a polémica que se tem estabelecido em torno da consolidação de uma nova História Política em nossos dias. Esta polémica, naturalmente, vem a mostrar que a própria designação da História Política e o reconhecimento de sua nova posição no seio da

historiografia tem sido também um campo de disputas. O poder aqui também se expressa, em um quadro de sutis disputas historiográficas.

3. Polêmicas em torno da História Política

Jacques Julliard, autor de um pequeno ensaio que se coloca bastante crítico em relação à maior parte de modalidades relacionadas à tradicional História Política, visualiza seu texto sob a forma de um pequeno tribunal de idéias onde começa por enumerar os principais defeitos e vícios que teriam condenado a História Política a uma espécie de ostracismo entre os historiadores profissionais, pelo menos no ambiente historiográfico francês. Assim ele se expressa com relação a uma impiedosa caracterização da História Política que, na verdade, é um retrato que mais se presta à antiga história política que se fazia no século XIX do que a qualquer outra coisa:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; e narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, já que esta palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual (Julliard, 1988: 180-181).

Julliard, contudo, não se limita em seu ensaio crítico a uma enumeração dos problemas inerentes à associação entre história e descrição dos fatos políticos. Seu intuito é investigar se, de fato, a Política é um caso perdido para a História no moderno sentido de história proposto pela historiografia francesa derivada da antiga renovação liderada pela Escola dos Annales; ou se, ao contrário, os limites que tem sido impostos à História Política são questões de métodos ultrapassados, meramente associados à descrição e narração não problematizada. Enfim, Julliard se pergunta se os fatos políticos podem ser objeto de problematizações e investimentos metodológicos que não os condenem a ser meramente, de acordo com uma metáfora proposta por Fernando Braudel, a mera “espuma dos acontecimentos”.

A questão central para Julliard, no intuito de dar a perceber as novas possibilidades da História Política, é desentrelaçar “acontecimento” e “político” – em duas palavras, “História Factual” e “História Política”. Evocando o célebre artigo *A Longa Duração* escrito em 1958 por Fernando Braudel, um dos mais emblemáticos opositores da antiga História Política, trata-se de compreender antes de mais nada que “acontecimento” existe em todas as dimensões sociais – inclusive na Economia, na Cultura, na Demografia – e que, por fim, nem toda história política é necessariamente uma “história factual”, nem está condenada a sê-lo (Braudel, 1969: 46).

Para compreender como se estabeleceu este imbricamento entre o “factual” e o “político” na crítica historiográfica que passara a ser encaminhada pelos historiadores profissionais do século XX contra a modalidade da História Política, Julliard lembra que esta tendência dá-se contemporaneamente à projeção de uma historiografia marxista para a qual o político deveria ser considerado como mero epifenômeno de forças econômicas e sociais mais profundas. Contudo, o reconhecimento de uma “autonomia do político”, particularmente no novo contexto da segunda década do século XX, autoriza novos posicionamentos historiográficos. Há inclusive um processo relevante a se considerar relativamente a este contexto: a gradual passagem – na maior parte do mundo – de uma sociedade de desenvolvimentos espontâneos para uma “sociedade planificada”, onde não apenas a ‘política econômica’ passaria a ter um papel importante, como uma “política demográfica”, uma “política cultural”, e assim por diante. Neste novo quadro de possibilidades, o Político reintroduz-se no mundo contemporâneo como possibilidade de ditar transformações em setores diversos, inclusive no setor econômico, em uma curiosa inversão das expectativas sustentadas pelas correntes historiográficas que se desenvolvem em torno da idéia de determinismo econômico.

Tem-se aqui, portanto, um elemento novo que ajuda a compreender o chamado retorno do Político. Não apenas uma nova História Política mostrou-se no decurso do século XX favorecida por uma expansão e diversificação da noção de “poder”, conforme pontuamos no início deste ensaio, como o retorno das atenções sobre o Político vê-se beneficiado também por novos contextos históricos. Seria oportuno lembrar, aliás, os acontecimentos do início do novo milênio – quando os atentados terroristas contra as torres gêmeas de Nova York e conseqüentes retaliações americanas puderam desencadear desenvolvimentos vários, inclusive com efeitos na economia mundial. O Político, enfim, impõe-se e clama pela sua historiografia

específica. Para além disto, a comunicação instantânea de certos acontecimentos, através dos mais eficientes meios de comunicação à disposição do homem, permite com a intensificação de sua repercussão sobre a sociedade não só a valorização impactantes de acontecimentos habitualmente considerados “políticos” como também a politização de certos acontecimentos que habitualmente estariam relegados ao plano cultural ou religioso. Em um mundo de tão imediata intercomunicação, tudo se politiza – tudo se oferece como caminho para a expressão das antigas e novas formas de poder.

O retorno do Político, por outro lado, é apontado por Julliard como ensejo para novas modalidades de tratamento historiográfico do Político. A partir de alguns exemplos, ele invoca para a História Política “uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa dos acontecimentos” (Julliard, 1988: 185). Um exemplo interessante, é a experiência de Annie Krigel em trabalhar com o que ela mesma denominou de “etnografia política”, ao examinar o Partido Comunista Francês como uma espécie de contra-sociedade, com suas próprias hierarquias, rituais, códigos de funcionamento e linguagem – uma sociedade autônoma, enfim (Krigel, 1968). A História Política, aqui, através do estudo de um típico objeto político que é um partido, adquire precisamente esta respiração mais longa, típica da História Social ou da História Econômica.

A relação do novo historiador político com o ‘tempo longo’, aliás, é um dos indicativos de Julliard para a renovação da modalidade histórica, que além disto deve considerar a partir de futuros trabalhos uma nova relação com o acontecimento. O acontecimento não é necessariamente produzido pela estrutura: ele mesmo pode ser um acontecimento produtor de estrutura. Por fim, com relação a metodologias a serem incorporadas pela História Política, o historiador francês destaca a quantificação – campo técnico e metodológico que até então vinha sendo mais visitado pela História Econômica, História Demográfica, ou mesmo pela História das Mentalidades. Assim, a quantificação de universos eleitorais, por exemplo, apresenta-se como possibilidade para a história dos partidos políticos.

René Remond, articulador de um grande grupo de historiadores políticos franceses que tem como um de seus centros institucionais a Universidade Paris-X-Nanterre, é responsável por um texto que de alguma maneira se coloca como resposta ao texto de Jacques Julliard. Sua intenção é mostrar que a História Política não apenas tem à frente caminhos abertos desde que os historiadores incorporem novas

perspectivas, mas mostrar que, na verdade, já existe um conjunto extremamente significativo de trabalhos onde estes caminhos são percorridos. Em síntese, uma nova História Política não é para ele uma promessa, mas uma realização em curso.

Ampara-se também na idéia de que cada vez menos pesquisadores investem na idéia de que as infra-estruturas governam as superestruturas, e procura compreender a totalidade histórica a partir de uma diversidade de setores – o cultural, o econômico, o social, o político – que se influenciam reciprocamente de maneira desigual conforme as conjunturas, mas guardando ao mesmo tempo cada qual a sua autonomia e dinamismos próprios (Rémond, 1996: 10). Para além disto, o interesse de Rémond é estabelecer claramente a distinção entre a nova História Política e a antiga História Política que entrara em declínio com a geração dos Annales, esta que se fundara em uma clara preocupação de contestar aquela historiografia factual, subjetivista, psychologizante, idealista – uma historiografia, ademais, “isolara arbitrariamente os protagonistas das multidões” (Rémond, 1996: 20). Do interesse em distinguir o tratamento do político nestas duas historiografias do político – a antiga História Política e a Nova História Política – faz-se com o ensaio de René Rémond a necessidade de historiar como a primeira declina, arrastando atrás de si uma certa desconfiança em relação ao Político vinda dos novos historiadores, e como, já sob novas perspectivas, o Político ressurgiu na historiografia com a geração posterior aos anos 1970. Seu ensaio, desta maneira, principia por este balanço e anuncia, por fim, uma inversão de tendência que assiste nas últimas décadas um novo e extraordinário crescimento de interesses pela História Política.

O interesse principal do ensaio é mostrar que este retorno do Político não é uma “restauração” – uma desforra contra um padrão historiográfico que havia alijado a História Política do cenário historiográfico – e nem mesmo uma nova moda como tantas outras, sujeitas ao posterior desaparecimento. O retorno de um interesse pela História Política, já sob novos prismas, seria para René Rémond o signo de uma nova etapa no desenvolvimento da reflexão que a história faz sobre si mesma, e também o resultado de uma nova configuração, marcada tanto pelas mudanças que neste novo contexto passaram a afetar o Político como pelas mudanças que dizem respeito ao olhar que o novo historiador dirige a este Político (Rémond, 1996: 22).

Sobre o novo contexto político mundial que contribuíra com o seu quinhão de estímulos à Nova História Política, René Rémond destaca o peso das guerras e a

percepção cada vez mais clara da pressão das relações internacionais na vida dos Estados, inclusive no decurso da continuidade de um processo de mundialização e globalização onde as forças políticas mutuamente relacionadas interferiam na reorganização das sociedades. A emergência das políticas públicas, adicionalmente, parecia revelar que – se a economia impõe seus ritmos à Economia – também uma decisão política poderia modificar o curso da economia, para pior ou para melhor. Assim, para mencionar um exemplo evocado por Rémond, “uma escolha política que pode nada dever à análise econômica, e obedecer apenas a considerações ideológicas, como a decisão de nacionalizar grandes setores de produção ou de troca, terá sobre a economia conseqüências incalculáveis” (Rémond, 1996: 23). Todas estas percepções vinham contribuindo para a re-aceitação da idéia de uma ‘autonomia do político’, ou ao menos de uma recolocação do político ao nível de outros setores enquanto força histórica capaz de produzir transformações ou mesmo determinar aspectos ligados a outros setores da vida social, como a própria Economia.

O contexto de ressurgimento de uma valorização da História Política é também o de um universo político em expansão. Sob pressões diversas, os poderes públicos eram levados a legislar e controlar as mais distintas esferas da vida social, da construção de moradias e da assistência social à difusão da cultura. Com isto, como ressalta Rémond, estes diversos setores passavam também ao domínio da História Política, que conseqüentemente ampliou seus objetos de interesse, conforme já tivemos oportunidade de verificar na primeira parte deste ensaio.

Por outro lado, além de um contexto externo de favorecimento e expansão, a História Política renovou-se também a partir de seus desenvolvimentos internos, de seus diálogos intradisciplinares com outros campos da História, bem como de seus diálogos interdisciplinares com outras ciências humanas e sociais. Entre estas, conforme inventaria Remond, destacam-se a sociologia, o direito público, a psicologia social, a lingüística e outras. A partir do diálogo com estes vários campos, a História Política pode enriquecer-se com empréstimos diversos: novas técnicas, novos conceitos, aqui um novo vocabulário, ali uma problemática que até então não lhe era comum (RÉMOND, 1996: 29). A Ciência Política, o que é até certo ponto evidente, contribuiu simultaneamente para uma renovação do vocabulário da História Política e para a incorporação de novas noções. Com relação à metodologia, apenas para trazer alguns exemplos, a Lingüística forneceria à análise dos discursos e textos políticos preciosos recursos de ‘análise de discursos’; a estatística permitiria que esta mesma

encetasse um enlace com a análise quantitativa, até então estranha ao universo da análise política, mas agora aplicável à investigação de universos eleitorais, da história dos partidos políticos, da avaliação histórica das políticas públicas. Este tratamento estatístico de uma base documental, conforme ressalta Rémond, permitiria à nova História Política refutar as antigas acusações que lhe eram imputadas pela História Econômica ao opor-lhe o seu rigor ao caráter subjetivo e impressionista da história política (RÉMOND, 1996: 29).

O texto-manifesto de René Rémond, portanto, abre-se como introdução a uma obra coletiva que reúne as realizações mais notáveis dos novos historiadores políticos agrupados em Paris X e alguns Institutos de Pesquisa associados. Por vezes percebe-se no grupo uma certa concentração de interesses: o mundo dos partidos políticos, os sistemas eleitorais, a mídia, a opinião pública. Mas aqui e ali também aparecem outros campos de interesse, como as idéias políticas e o discurso, ele mesmo como arena aberta ao político. Essa linha de estudos, contudo, deve o principal de si a uma outra contribuição que examinaremos a seguir, a de Michel Foucault e a de outros que investigaram mais sistematicamente as relações entre Política e Discurso.

4. História Política e Discurso

Nossa intenção a partir daqui será a de examinar como a História Política passou a se beneficiar do contato com outro campo que também emergiu com especial vigor no século XX – este que poderemos chamar de uma *História do Discurso* no sentido de que toma como fontes, a partir de novas leituras e parâmetros inspirados em interdisciplinaridades diversas, os discursos orais e escritos produzidos por cada Sociedade historicamente localizada.

Desde já, cumpre observar que as relações entre “poder” e “discurso” constituíram nas últimas décadas do século XX um objeto privilegiado não apenas para a História Política, como também para a antropologia política, e relativamente a este último campo é oportuno lembrar a redefinição de poder proposta por Pierre Clastres em um texto datado originalmente de 1980. O antropólogo observava em seus estudos etnográficos sobre as sociedades primitivas que a finalidade do poder não é impor a vontade ou o domínio de um chefe sobre o grupo, mas sim, de modo a preservar a

solidariedade e indivisibilidade social, “expressar o discurso da sociedade sobre ela mesma” (CLASTRES, 1982: 108-109). As relações “Poder” e “Discurso” tornaram-se, a partir de redefinições como esta, objeto privilegiado de inúmeras outras reflexões teóricas e filosóficas que transcendem as definições habituais de “poder” relacionadas exclusivamente às imposições do aparelho estatal ou das instituições oficiais de uma determinada sociedade.

Neste novo e complexo caminho, um ponto fulcral é talvez a obra de Michel Foucault. Este filósofo que em algumas de suas obras se fez historiador foi talvez o primeiro a chamar a atenção de todos, de maneira mais enfática e claramente enunciada, para o fato de que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas.

Quando um historiador estuda a Roma Antiga, na verdade está estudando o que nos dizem as fontes a respeito da Roma Antiga. Dito de outra forma, está estudando neste caso discursos sobre a Roma Antiga. E estará estudando mais especificamente aqueles documentos da Roma Antiga que chegaram ao nosso tempo, e na verdade aqueles documentos, dentre estes, que o historiador resolveu constituir como fontes históricas. De alguma maneira, para complicar a questão, poderíamos dizer que a História também é a História dos Discursos dos Historiadores⁵.

A revolução de Michel Foucault no âmbito da História dos Discursos vai mais além, pois o filósofo chama atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de discurso. Para além da Ciência, da Literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamento em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou o Estado são eles mesmos discursos. Discurso será visto ainda como “a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder” (Foucault, 1972: 48-49).

Estas noções fundamentais permitiram ainda uma verdadeira revolução na História Política, pois interligavam a percepção de que o Poder não tem um centro único (isto é, não é apenas uma forma de repressão encaminhada a partir dos mecanismos estatais a serviço de uma classe dominante) e a idéia de que este Poder, que está por toda a parte inclusive sob a forma de micropoderes, aparece entranhado em diversas outras relações que coexistem no mundo humano: a família, a sexualidade, a amor, o parentesco, a produção, a comunicação através do uso da língua. Por isto, as relações

⁵ Esta perspectiva foi desenvolvida e radicalizada por Keith Jenkins em um polêmico livro de 1991 intitulado *A História Repensada* (Jenkins, 2001).

de poder poderiam ser estudadas por meio de todos estes discursos que vão do discurso amoroso e da sexualidade às relações expressas no seio da família ou no âmbito da produção.

É interessante notar que esta análise política do discurso tal como é proposta por Foucault sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados. Este método genealógico, que busca o poder em todos os pontos da sociedade e não mais nos lugares congelados pelo aparato estatal, vai ao encontro, também, das abordagens que exigirão do historiador que este desenvolva uma meticulosidade, que passe a cultivar os detalhes, o acidental, aquilo que aparentemente é insignificante mas que pode, precisamente, compor com outros elementos a chave para a compreensão das relações sociais examinadas. Esta atenção ao detalhe e ao acidental é a mesma, também podemos lembrar, que será incorporada pela abordagem historiográfica conhecida como Micro-História.

É também digno de nota o fato de que a concepção de que o Poder está em toda a parte levou Foucault a acompanhar (e a re-intensificar) a extraordinária expansão das fontes utilizadas pelos historiadores do século XX. Todos os tipos de textos serão tomados como objetos (ou meios) pela análise foucaultiana – das memórias dos desajustados (ou considerados desajustados pelos sistemas médicos e punitivos)⁶ até os diários de indivíduos anônimos, os registros criminais, as ordens de prisão, os relatórios médicos, sem desprezar uma documentação já tradicional em sua época como os tratados políticos e científicos (só que agora examinados não mais como objetos de uma História da Cultura tradicional, e sim como focos onde podem ser percebidas as relações de poder e as tecnologias de poder que se instauram nos discursos).

Não apenas responsável por uma hábil explicitação de que o que se deveria compreender como “discurso” vai muito além da noção habitual atribuída a este termo, Foucault é também um mestre na análise dos discursos propriamente ditos (sejam falados, ou escritos) – o que nos leva de volta às questões já colocadas sobre a inscrição dos lugares de produção e de recepção nos discursos produzidos por uma sociedade. Michel Foucault vai mais além, e pretende identificar os lugares de

⁶ É o caso da célebre obra organizada em 1973 por Foucault: *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. (Foucault, 1977). Obra que dá voz ao discurso de um parricida, e que desloca os ensaios interpretativos para as notas.

exclusão, de interdição, de controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas de normas que regem as práticas discursivas. Cumpre retomar *A Ordem do Discurso*, que enuncia claramente a sua hipótese primordial:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996: 8-9)

Assim, para além de focalizar o discurso como lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como um lugar onde se expressam estas lutas e estes confrontos (o que, já de per si, abre um verdadeiro leque de possibilidades para os historiadores do discurso em todas as especialidades), Foucault chama atenção para o fato de que o próprio discurso pode ser também aquilo porque se luta⁷. Daí a sua preocupação em examinar os mecanismos de interdição que se afirmam nas práticas discursivas de uma sociedade – seja através dos objetos permitidos e proibidos (não se tem o direito de dizer tudo), dos rituais de circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), ou dos direitos diferenciados atribuídos aos sujeitos que falam (quem pode dizer o quê, sem sofrer a reprovação social ou até uma punição).

Analisar um discurso em toda a sua complexidade, portanto, envolve muitas e muitas coisas: desde as técnicas que visam enxergar a sociedade através do discurso, até as técnicas que visam enxergar os modos pelos quais a sociedade se apodera dos discursos. Trabalhar com o texto, conforme pode ser percebido, é muito mais difícil do que habitualmente parece. E o historiador deve seguir adiante na sofisticação de seus métodos de decifração do texto. Esta é uma de suas sinas, desde Heródoto.

Para finalizar este bloco, ressaltaremos que a História do Discurso – com contribuições as mais variadas que não poderão ser todas descritas aqui – deve ser vista (ou foi vista aqui) como um campo complexo relacionado ao ‘tratamento qualitativo de fontes textuais’. Mas é bom lembrar também que pode se falar em um “discurso iconográfico”, e que os semiólogos e urbanistas têm examinado a própria Cidade, em sua complexidade, como um texto que pode ser lido. No fundo, o campo da História do Discurso é habitado ou visitado de uma maneira ou de outra por todos os historiadores. Por isto muitas vezes nem se fala nele como “campo”. Para além

⁷ “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996: 10).

disto, faz-se notar que muitas das observações que fizemos com relação ao discurso que encontra uma expressão no texto escrito também valeriam para o discurso que é apenas expresso oralmente e que, neste caso, algumas das implicações aqui discutidas têm beneficiado também o campo da História Oral.

5. História Política e Imaginário

Para além do Discurso, um outro campo que tem se afirmado como território aberto ao Historiador Político é o do Imaginário. As imagens – que de algum modo também constituem um discurso muito singular, seja na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais, ou de imagens mentais – também se mostram ao historiador experimentado como arenas através das quais as mais diversas forças se colocam em confronto. Acompanhando as observações que até aqui haviam sido feitas para o discurso textual, as imagens podem ser empunhadas como instrumentos de poder ou então se mostrarem como aquilo mesmo pelo qual se luta. Neste sentido, será oportuno discutir aqui também as interconexões possíveis entre História do Imaginário e História Política.

Antes de mais nada, cumpre notar que o historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos e as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – isto é, quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Longe de oferecer ao historiador apenas um interminável repertório de imagens, o imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas. Estão aí as obras de Jacques Le Goff mergulhando nas estruturas sociais através das imagens do Purgatório (Le Goff, 1990), ou de Georges Duby compreendendo a visão tripartida da sociedade através do Imaginário do Feudalismo (Duby, 1971).

Um exemplo pioneiro de conexão entre a História Política e a História do Imaginário, que remonta à terceira década do século XX, é a famosa obra em que Marc Bloch estuda *Os Reis Taumaturgos* (Bloch, 1993). O que Bloch está examinando neste caso é a persistência de um determinado imaginário régio, de uma determinada crença popular em um aspecto muito específico e delineado que seria a capacidade dos reis

franceses e ingleses de duas dinastias medievais curarem com um simples toque as “escrófulas” (sintomas visíveis de doenças pouco conhecidas na época). Marc Bloch decifra precisamente a imagem do “rei taumaturgo” e a sua apropriação política, investigando rituais e simbologias que com ela estariam relacionados. Não é portanto um modo genérico de sentir o que ele busca rastrear, o que caracterizaria uma obra mais como uma História das Mentalidades do que como uma História do Imaginário, mas sim a história de uma crença muito bem delineada e atrelada ao universo político e social de sua época, com base em um imaginário que tem uma história a ser decifrada e que foi se entranhando na maneira medieval de conceber uma realeza que dialoga com a sacralidade.

Tem sido aliás um campo bem significativo para os historiadores políticos esta investigação sobre a apropriação política do imaginário religioso, ou, em alguns casos, a constituição de um imaginário político que se entrelaça com um imaginário religioso. Da mesma forma que existe um “imaginário religioso”, cada sociedade desenvolve também o seu “imaginário político”, como aquele que Ernst Kantorowicz estudou em *Os Dois Corpos do Rei* (Kantorowicz, 1998). A idéia presente na Inglaterra e na França do Antigo Regime de que o “rei não morre jamais”, ou de que a própria sociedade constitui um “segundo corpo do rei”, pode estar, segundo o historiador polonês, interconectada com um imaginário cristão ao mesmo tempo que a determinadas motivações políticas, percebendo-se aqui uma rede de múltiplas interações a serem desvendadas pelo historiador.

É também oportuno lembrar que um determinado Imaginário Político pode ser em certos casos produto de desenvolvimentos de longa duração, adaptando-se a tradições que remontam há séculos, ou em outros casos mostrar-se produto de processos históricos circunscritos a curtas durações. Em muitos casos, um circuito de elementos do Imaginário Social pode ser produzido ou apropriado por circunstâncias políticas específicas ou, ainda, mesmo por uma bem calculada arquitetura do poder. Também não são raros os casos em que o Imaginário encontra um leito em determinadas condições sociais, ou que se adapte a certas motivações políticas. Na Espanha Medieval do século XIII, para dar um exemplo mais recuado, os sábios e juristas do rei Afonso X elaboraram a imagem de que “o rei é a cabeça, o coração e a alma do reino”. Este imaginário tem muito a ver com a maneira medieval de conceber a sociedade como um organismo (que teria no rei a sua cabeça), mas tem a ver também com uma determinada maneira de governar. Porque não só a cabeça, órgão que

comanda de cima, ou só o coração, órgão que rege a vida de dentro, ou só a alma, que está em toda a parte? O que está por trás desta hábil estratégia de unir estas três imagens em uma única metáfora? Um estudo inserido na História do Imaginário poderia elaborar perguntas desta ordem. Cada sociedade, ou cada sistema político pode produzir um imaginário do governante que lhe seja mais apropriado. À estruturação do poder absolutista francês no século XVII, por exemplo, adaptou-se com muita eficácia a imagem do Rei-Sol difundida por Luís XIV. Outrossim, a história nos oferece inúmeros imaginários régios: o rei taumaturgo, o rei-sábio, o rei santo, o rei encoberto, só para citar alguns.

Os horizontes abertos por uma busca da compreensão do imaginário político são na verdade inúmeros. Os modos como o poder é representado – por exemplo em termos de “centro” e de “periferia” – ou como a estratificação social materializa-se em imagens como a de um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são chamadas de “classes altas” ... eis aqui algumas imagens sociais e políticas que podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade. Imagens como estas tem se entranhado a tal ponto nos discursos políticos e nas representações que as sociedades modernas fazem de si mesmas que, não raro, os analistas políticos esquecem que temos aqui imagens espacializadas que são elas mesmas produtos de confrontos, de imposições silenciosas, de ideologias que se infiltram sutilmente nos discursos. Foi atento a questões como esta que Georges Duby, por exemplo, buscou recuperar precisamente o imaginário que estava por trás dos padrões de organização da sociedade feudal em *As Três Ordens ou o Imaginário* as imagens, as cosmovisões e os símbolos não remontam sempre e necessariamente a processos de formação mais longos e estabelecidos no plano das mentalidades de longa duração. Muitas vezes, todo um sistema de Imaginário pode ser produzido também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais, por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída, ou pode mesmo ser ocasionado por grandes eventos que caem como raios na vida das sociedades. Durante o período Nazista na Alemanha do século XX, por exemplo, um riquíssimo Imaginário foi construído em umas poucas décadas em torno da suástica, da imagem do super-homem de raça pura, da simbologia do Reich e do papel do Führer no centro ou no topo deste imaginário político. Temos aqui um Imaginário que aflora repentinamente, mesmo que recolhendo materiais seculares como as idéias pan-germanistas e as hostilizações anti-semitas.

De qualquer modo, eis aqui um campo promissor para a História Política. Tal como o Discurso, a Imagem fez-se território de ação para o Historiador Político que soube ultrapassar as tradicionais investigações históricas que se restringiam a examinar os sistemas mais visíveis de dominação ou o aparato estatal e institucional mais óbvio. O Poder, tal como procuramos mostrar, também se exerce através dos Discursos e das Imagens. E as próprias imagens e os próprios discursos são, no fim das contas, territórios estratégicos pelos quais os homens lutam no estabelecimento de suas relações sociais e políticas.

Referências bibliográficas

- ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERSTEIN, Serge e RUDELLE, Odile. *Le Modèle Republicain*. Paris: PUF, 1992.
- BERSTEIN, Serge. “Cultura Política” in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998 [original: Seuil, 1997].
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON. *A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa: Vega, 1985.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURCKHARDT, Jacob. *O Renascimento Italiano*. Lisboa: Presença, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, Sentido e História*. São Paulo: Papirus, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir – Naissance de la Prison*. Paris: Gallimard, 1975. [*Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977].
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. (1973). Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- KANTOROWICZ, *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- KUCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. “As Dimensões Subjetivas da Política” in *Estudos Históricos*, nº 24, 1999. p.227 a 250.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- JULLIARD, Jacques. “A Política” in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LE GOFF, Jacques. “A Política: será ainda a ossatura da História?” In *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval* (1972). Lisboa: Edições 70, 1975. p.221-242.
- LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MICHELET, Jules. *A feiticeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996.
- RENNÓ, Lúcio. “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”, *BIB*, nº 45, Rio de Janeiro: 1998, 1º semestre. p.71-92.
- SHARPE, Jim. “A História vista de Baixo” In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SLANES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- VERÓN, Eliseu. *A produção do sentido*. São Paulo: Verbo, 1982.